



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Hernán Marcelo Lema

A INDEPENDÊNCIA NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA (1810-1820)

Florianópolis

2024

Hernán Marcelo Lema

A INDEPENDÊNCIA NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA (1810-1820)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador(a): Prof. Waldir José Rampinelli

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Lema, Hernán Marcelo

A INDEPENDÊNCIA NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA (1810
1820) / Hernán Marcelo Lema ; orientador, Waldir José
Rampinelli, 2024.

28 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. América Latina. 3. Processos de
independência. 4. A formação dos Estados Nacionais. I.
Rampinelli, Waldir José . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas por videoconferência reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Waldir José Rampinelli, Orientador e Presidente, pela Professora Esther Mayara Zamboni Ross, Titular da Banca, e pelo Professor Waldomiro Lourenço da Silva Junior, Suplente, designados pela Portaria nº 33/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Hernán Marcelo Lema**, subordinado ao título: **"A Independência no Vice-reino do Rio da Prata (1810-1820)"**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Waldir José Rampinelli a nota final ..9.0....., da Professora Esther Mayara Zamboni Ross a nota final ..9.0..... e do Professor Waldomiro Lourenço da Silva Junior a nota final; sendo aprovado com a nota final ...9.0..... O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Waldir José Rampinelli

Prof.a Esther Mayara Zamboni Ross

Prof. Waldomiro Lourenço da Silva Junior

Candidato Hernán Marcelo Lema



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Hernán Marcelo Lema, matrícula n.º19101316, entregou a versão final de seu TCC cujo título é A Independência no Vice-reino do Rio da Prata (1810-1820), com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br WALDIR JOSE RAMPINELLI
Data: 18/12/2024 14:27:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador(a)

RESUMO

Este artigo analisou o processo de independência da América espanhola no Vice-reino do Rio da Prata, explorando sua relação com o desenvolvimento do capitalismo e das transformações políticas no século XIX. Discutiui-se como a crise da monarquia espanhola, agravada pela ocupação napoleônica, e a expansão do comércio mundial favoreceram a tomada de poder pelas elites locais, resultando na independência. Em seguida, a Revolução de Maio foi examinada como um evento de natureza elitista, cujo caráter restringiu-se ao aspecto político relacionado a conquista do Estado, não guardando relação com quaisquer transformações na estrutura de classes, destacamos o papel de Mariano Moreno e seu *Plano de Operações*, influenciado pela burguesia comercial e grandes proprietários. Na terceira etapa, abordou-se a orientação oligárquica do processo após a ascensão do Triunvirato liderado por Bernardino Rivadavia, expressada pelas políticas unitárias promovidas por Buenos Aires, responsáveis por beneficiaram exclusivamente a elite local, provocando em contrapartida a ruína econômica e o empobrecimento das demais províncias. Por fim, analisou-se a entrada das massas rurais lideradas por José Gervasio Artigas no processo de independência, responsável por haver incorporado um conteúdo social ao processo. A revolução artiguista, baseada em ideias federalistas, resistiu à hegemonia portenha e defendeu uma confederação que garantisse os direitos políticos das províncias. Esse movimento também se destacou por sua oposição à oligarquia de Buenos Aires e pela defesa contra a invasão portuguesa da Banda Oriental. O estudo conclui que o processo de independência no Vice-reino do Rio da Prata refletiu disputas entre elites e movimentos populares, com a hegemonia portenha assumindo um papel central na imposição de políticas oligárquicas, mas enfrentando resistência federalista liderada por Artigas.

Palavras-chave: América Latina; Processos de independência; Vice-reino do Rio da Prata; Unitários e Federalistas; A formação dos Estados Nacionais.

ABSTRACT

This article analyzed the process of independence in Spanish America within the Viceroyalty of the Río de la Plata, exploring its relationship with the development of capitalism and the political transformations of the 19th century. It discussed how the crisis of the Spanish monarchy, exacerbated by the Napoleonic occupation, and the expansion of global trade favored the seizure of power by local elites, resulting in independence. Subsequently, the May Revolution was examined as an elitist event, whose scope was limited to the political conquest of the state, with no connection to transformations in class structure. The role of Mariano Moreno and his *Plan of Operations*, influenced by the commercial bourgeoisie and large landowners, was highlighted.

In the third phase, the oligarchic orientation of the process after the rise of the Triumvirate led by Bernardino Rivadavia was addressed. This orientation was expressed in the unitarian policies promoted by Buenos Aires, which exclusively benefited the local elite while causing the economic ruin and impoverishment of other provinces. Finally, the participation of rural masses led by José Gervasio Artigas in the independence process was analyzed, emphasizing their contribution in adding a social dimension to the process. The Artiguist revolution, based on federalist ideals, resisted Porteño hegemony and advocated for a confederation that ensured the political rights of the provinces. This movement also stood out for its opposition to the Buenos Aires oligarchy and its defense against the Portuguese invasion of the Banda Oriental.

The study concludes that the independence process in the Viceroyalty of the Río de la Plata reflected disputes between elites and popular movements, with Porteño hegemony playing a central role in imposing oligarchic policies but facing federalist resistance led by Artigas.

Keywords: Latin America; Independence processes; Viceroyalty of the Río de la Plata; Unitarians and Federalists; Formation of Nation-States.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA.....	09
3 O MOVIMENTO JUNTISTA NA METRÓPOLE.....	14
4 A REVOLUÇÃO DE MAIO DE 1810 EM BUENOS AIRES.....	15
5 O PLANO DE OPERAÇÕES DE MARIANO MORENO.....	18
6 A POLÍTICA OLIGÁRQUICA PORTENHA.....	21
7 JOSÉ GERVÁSIO ARTIGAS E A RESISTÊNCIA FEDERALISTA.....	23
8 CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo analisar o processo de independência da América espanhola no Vice-reino do Rio da Prata, abordando aspectos relacionados à conjuntura histórica mundial, a relação do processo com o desenvolvimento histórico do capitalismo e da sociedade burguesa europeia, bem suas particularidades na região.

Buscamos compreender através desta pesquisa, de que maneira a Revolução de Maio de 1810 ocorrida em Buenos Aires se relaciona com o contexto das transformações históricas do capitalismo e da sociedade burguesa no mundo, bem como o caráter particular que o processo de formação do Estado adquire na região, na medida em que foi marcado por antagonismos entre os interesses das oligarquias de Buenos Aires e aos anseios do conjunto das províncias do Vice-reino.

Para este objetivo, este ensaio adota como abordagem a análise crítica de bibliografia relacionada à temática abordada, sendo feita a opção por autores clássicos da historiografia pertencentes à tradição do pensamento crítico latinoamericano, como Milciades Peña, Jorge Abelardo Ramos, José Maria Rosa e Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Esta pesquisa bibliográfica será apresentada em seis itens, abordando respectivamente, a relação entre a independência da América espanhola e o desenvolvimento histórico do capitalismo, a crise da monarquia espanhola e o surgimento do movimento juntista, a Revolução de Maio de 1810 em Buenos Aires, o *Plano de Operações* de Mariano Moreno, a política oligárquica portenha e a resistência federalista protagonizada por José Gervasio Artigas.

2 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CAPITALISMO E A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

As circunstâncias históricas dentro das quais teve lugar o processo de independência da América espanhola foram marcadas pelas transformações mundiais resultantes do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa na Europa, bem como da ascensão da Inglaterra e França como as mais poderosas nações da época. Se a derrubada do monopólio comercial metropolitano constituía uma necessidade do desenvolvimento da economia capitalista mundial, comandada pela Inglaterra fabril, a ocupação napoleônica da península ibérica constituiu o estopim de uma grave crise no poder monárquico espanhol, circunstância que possibilitou o desencadeamento da independência hispanoamericana.

Para Milciades Peña, a independência da América Espanhola liga-se ao ciclo das revoluções democrático-burguesas na Europa, na medida em que

Fue decidida por las necesidades del desarrollo de la sociedad capitalista europea, creada por las revoluciones democrático-burguesas de Inglaterra y Francia, y por que fue el avance de la revolución democrático-burguesa de Francia sobre España lo que permitió la eclosión de la independencia americana. (PEÑA, p. 87)

O processo de independência da América espanhola foi o resultado culminante do antagonismo vigente durante todo o período colonial entre os interesses das oligarquias locais hispanoamericanas e a dominação espanhola da América. O surgimento de grupos sociais privilegiados e poderosos nas colônias sempre foi visto com desconfiança pelo poder imperial espanhol, uma vez que os interesses das oligarquias locais, detentoras do poder econômico, orientaram-as a reivindicar a autonomia política, provocando diversos conflitos durante o período colonial (PEÑA, p. 82).

No século XIX as oligarquias locais latinoamericanas, compostas por grandes proprietários de terras e comerciantes, interessavam-se em abolir o monopólio comercial metropolitano espanhol, uma vez que a expansão do comércio mundial impulsionada pela revolução industrial oferecia-lhes amplas perspectivas de enriquecimento através da expansão de suas atividades agrícolas e comerciais. Nesse sentido, a luta pelo estabelecimento de governos locais autônomos que representassem diretamente os interesses das classes dominantes hispanoamericanas, relacionou-se à perspectiva do comércio direto junto à burguesia inglesa, tornando-o uma necessidade. Nas condições do desenvolvimento capitalista do século XIX, a intermediação metropolitana do comércio havia se tornado um anacronismo, constituindo um entrave à expansão do comércio (PEÑA, p. 104).

Ainda que a conquista do Estado estivesse relacionada à consolidação do poder das burguesias locais, o aspecto fundamental deste processo relaciona-se ao aprofundamento da incorporação da região ao mercado mundial, nos marcos da divisão internacional do trabalho comandada pela Inglaterra fabril. Ao inaugurar novas perspectivas ao desenvolvimento capitalista na região, a independência não fez senão estreitar a aliança de classes entre os capitalistas ingleses e as classes dominantes locais, cujos interesses, orientados ao livre-comércio, na medida em que obstruíam o desenvolvimento industrial local e reforçavam o latifúndio, indo na direção contrária de qualquer transformação de sentido democrático-burguês (PEÑA, p. 87).

Na medida em que eram debilmente vinculadas entre si e tinham na metrópole a única força centralizadora, a prevalência dos interesses das classes dominantes coloniais, vinculadas ao comércio mundial, conduziu a divisão do continente em estados fragmentários (RAMOS, p. 104), cujas relações exteriores foram orientadas pela dependência frente às potências capitalistas mundiais.

O surgimento do capitalismo na história, marcado pela permanente revolução promovida pela burguesia sobre os instrumentos de produção, produziu um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes na história, acompanhado do estabelecimento de uma rede de comércio de extensão mundial, responsável por unir em vínculos de interdependência todas as nações e regiões do planeta. A América Latina serviu a este processo, na medida em que sua conquista por espanhóis e portugueses abriu perspectivas ao comércio promovido pela burguesia europeia, cujo desenvolvimento passou incorporar os produtos coloniais dela provenientes (PEÑA, p. 38-39).

Entretanto, o Império Espanhol nunca desempenhou um papel decisivo no teatro da disputa pelo desenvolvimento capitalista, protagonizado pelas principais nações europeias. A debilidade de sua burguesia e a ausência de uma política mercantilista por parte de seu Estado, relegaram a Espanha ao papel de mera intermediária no comércio entre suas colônias e as principais potências capitalistas em ascensão (PEÑA, p. 47).

Se nas principais potências a adoção de políticas mercantilistas foi responsável por promover o desenvolvimento industrial - através da dissolução dos exclusivismos regionais da Idade Média e da conformação de um amplo mercado interno às manufaturas nacionais, as quais eram outorgadas proteções tarifárias - na Espanha, vigorou a importação indiscriminada de produtos manufaturados, possibilitada pela exportação do ouro e a prata extraídos da América. Como aponta Friedrich List:

[...] ao invés de trocar os produtos das Índias Orientais e Ocidentais por artigos manufaturados nacionais, como fizeram posteriormente os holandeses e os ingleses, os espanhóis e os portugueses compravam produtos manufaturados de nações estrangeiras, pagando com ouro e a prata extorquidos de suas colônias. (LIST, p. 46)

Para List, o enfraquecimento industrial dos países ibéricos no contexto mercantilista conduziu ao enfraquecimento de suas capacidades político-militares de defesa, resultando no enfraquecimento frente às nações capitalistas ascendentes. Neste sentido, este autor afirma que Portugal e Espanha:

[...] Transformaram seus cidadãos trabalhadores e úteis em traficantes de escravos e em tiranos coloniais; dessa maneira, promoveram a indústria, o comércio e o poderio marítimo dos holandeses e dos ingleses, transformando-os em rivais que logo se tornaram suficientemente fortes para destruir as esquadras portuguesa e espanhola e roubar-lhes suas fontes de riqueza. (LIST, p. 46)

O progressivo enfraquecimento espanhol perante as potências capitalistas ascendentes (Holanda, França, Inglaterra) resultou em profundas dificuldades para a metrópole colonial, em tornar efetivo seu monopólio comercial sobre suas possessões ultramarinas. A presença crescente do contrabando inglês no Rio da Prata, consolidada com a fundação de Colônia do Sacramento em 1680, constituída como uma importante base de apoio ao comércio ilegal na região, colocou em cheque a própria sobrevivência do sistema colonial espanhol sobre a região, uma vez que o contrabando era responsável pela erosão de sua estrutura fiscal (BANDEIRA, p. 69).

No século XVIII, as reformas administrativas e comerciais implementadas pelos reinados absolutistas borbônicos representaram uma tentativa de contornar a decadência do país frente às potências capitalistas ascendentes. A unificação jurídico-política, a supressão das aduanas interiores, a proteção à agricultura e as manufaturas e o desenvolvimento do comércio interno, impulsionado pelo fim do monopólio dos portos de Cádiz e Sevilha, foram algumas de suas importantes medidas (RAMOS, p. 87).

Nas colônias a criação do Vice-reino do Rio da Prata e a promoção do comércio interior através da abertura de novos portos, como o de Buenos Aires, tiveram como objetivo dar sobrevida ao sistema colonial espanhol na região, promovendo o aumento da arrecadação sobre o comércio e visando combater o assédio representado pelo contrabando (BANDEIRA, p. 68).

Entretanto, ainda durante o final do século XVIII, a Revolução Industrial provocou uma ampliação vertiginosa das tendências de expansão do comércio mundial vigentes desde o surgimento do capitalismo, ao passo em que significou a consolidação do poderio do Estado nacional britânico perante as demais nações do planeta.

Neste contexto, a ambição nacional britânica de tornar-se a “fábrica do mundo” colocou em xeque a sobrevivência do colonialismo espanhol na América uma vez que este processo implicava, em contrapartida, em transformar a América, em “sua granja”, submetendo-a a condição de exportadora de alimentos, produtos agrícolas e minerais (RAMOS, p. 139). A importância dos mercados latinoamericanos à Inglaterra fabril é evidenciada pelas cifras trazidas por Jorge Abelardo Ramos acerca das primeira década do século XIX:

Ya en 1805 el valor de las exportaciones inglesas a América latina ascendía a 1.771.418 libras esterlinas. Se consideraba en Londres que este fabuloso continente de habla española podía absorber más mercancías inglesas que la India y los Estados Unidos. En efecto, en 1809 el valor de las exportaciones subía a la enorme suma de 18.014.219 libras esterlinas. Era, pues, imposible para Inglaterra ignorar ese continente. (RAMOS, p. 112)

Observe-se que o valor crescente das exportações britânicas exposto por Ramos não reflete a proporção do crescimento do volume das mercadorias exportadas, uma vez que a dinâmica da Revolução Industrial foi marcada por um rebaixamento contínuo do preço das manufaturas.

Para Milciades Peña, a correlação de forças entre Espanha e Inglaterra não justificava no início do século XIX, que esta continuasse suportando o estorvo representado por seu controle comercial sobre a América (PEÑA, p. 104).

A este fator, somava-se, neste período, a séria ameaça representada pela presença da França de Bonaparte na Europa, cuja capacidade industrial e, sobretudo, poderio político lhe reduzia as perspectivas sobre o mercado europeu. Napoleão Bonaparte enfrentava-se contra a Inglaterra, unificando a Europa através da reorganização dos tronos sob sua hegemonia e impondo o bloqueio continental ao comércio das manufaturas britânicas (RAMOS, p. 112).

Frente às dificuldades impostas pelo bloqueio continental, as mal-sucedidas invasões britânicas em Buenos Aires de 1806 e 1807 haviam representado uma tentativa desesperada de abrir novos canais às manufaturas britânicas (RAMOS, p. 114).

A Inglaterra também contemplou a possibilidade de conquistar a América espanhola, mediante a realização de expedições militares apoiadas, internamente, por nativos partidários

da independência política (ROSA, p. 17). Neste contexto, o *foreign office* considerou com detenimento os planos elaborados por Francisco de Miranda, militar caraquenho, precursor da independência da América Latina (RAMOS, p. 110).

Com a eclosão da guerra contra Napoleão na Espanha entretanto, a Inglaterra foi obrigada a alterar sua abordagem acerca da questão da Independência latinoamericana, que em todo caso, obedecia a interesses puramente econômicos, relacionados ao livre-comércio. A necessidade de pactuar com a Espanha em seu esforço de guerra contra a França, suspendendo quaisquer operações contra suas possessões coloniais na América, tornou-se prioritária na medida em que, com a guerra, abriu-se novamente na Europa uma oportunidade onde enfrentar com dinheiro próprio e sangue alheio, seu principal rival (ROSA, p. 111).

Nestas circunstâncias, o ministro de relações exteriores britânico George Canning condicionou o envio de dinheiro, armas, navios e tropas à Espanha, a assinatura de um tratado de aliança anglo-espanhol por meio do qual foram garantidas facilidades ao comércio britânico na América (ROSA, p. 111).

3 O MOVIMENTO JUNTISTA NA METRÓPOLE

A guerra civil desencadeada na metrópole espanhola em reação à ocupação estrangeira foi marcada pelo surgimento das Juntas Soberanas, órgãos de poder municipal estabelecidos em todas as regiões do país.

Quando a ameaça napoleônica já cernia a Espanha, o reinado da dinastia dos Bourbons era atravessado por conflitos entre o rei Carlos IV e o príncipe Fernando no interior da família real (ROSA, p. 75). Neste contexto, a debilidade do reinado de Carlos IV e as contemporizações do ministro Godoy junto ao embaixador russo no contexto da guerra, figuraram a Napoleão Bonaparte como pretexto para que o aprisionasse a família real espanhola, e impusesse seu irmão, José Bonaparte ao trono.

Jorge Abelardo Ramos aponta que a resistência popular à ocupação francesa conferiu às Juntas Soberanas um conteúdo político de soberania popular de sentido contemporâneo, uma vez que estes órgãos, cujas origens remetem às juntas de representantes dos municípios medievais espanhóis, contaram com o protagonismo absoluto de camponeses, artesãos, professores, soldados, oficiais do exército, elementos do baixo clero e demais classes populares em um contexto em que a nobreza, o alto clero e ampla parcela dos políticos e intelectuais partidários do despotismo esclarecido submeteram-se completamente à dominação estrangeira. O Rei José I (Bonaparte) recebeu uma delegação dos Grandes de Espanha, que expressou lealdade ao monarca imposto pelo imperador francês após a humilhante entrevista de Baiona, da qual resultou a prisão de Fernando VII.

Em defesa da soberania e legitimidade de Fernando VII, as forças civis e militares espanholas enfrentaram as tropas ocupantes dirigidas pelo imperador francês. Em Bailén, um exército de soldados improvisados pelas juntas de Sevilha e Granada venceu de maneira heroica os granadeiros franceses comandados pelo general Dupont (ROSA, p. 81).

A prisão do rei Fernando VII e a imposição de José Bonaparte ao trono espanhol levaram a uma grave crise da autoridade metropolitana frente às colônias espanholas na América, conduzindo ao surgimento dos primeiros governos autônomos dirigidos por Juntas Governativas, em suas principais cidades (RAMOS, p 123).

4 A REVOLUÇÃO DE MAIO DE 1810 EM BUENOS AIRES

O processo de independência no Vice-reino do Rio da Prata inicia-se em 1810 com a chamada Revolução de Maio, em Buenos Aires. É fundamental observar que a Revolução de Maio, embora assim chamada, não representou o advento de um novo modo de produção e tampouco qualquer modificação em sua estrutura social de classes, mas tão somente a tomada do poder político pelas classes economicamente dominantes do vice-reino. Por esta razão, a Revolução de Maio teve um caráter estritamente político. (PEÑA, p. 83).

Em Buenos Aires a repercussão das notícias acerca dos momentos culminantes da crise metropolitana provocaram grande agitação entre a população na capital do Vice-reino. Embora o vice-rei Cisneros tenha tentado impedir a difusão dos rumores, nos quarteis, cafés e casas de família, cresceu a convicção entre a opinião pública de que era necessário tomar medidas para que Buenos Aires e o vice-reino não caíssem sob o jugo francês. As notícias da derrocada da Junta Central de Sevilha em meio a ofensiva militar francesa sobre o sul da Espanha, significaram nestes momentos a virtual inexistência de qualquer autoridade central na metrópole, tornando unânime entre a opinião pública local a convicção de que desde então, a autoridade dos vice-reis e demais funcionários reais havia cessado (ROSA, p. 175).

A solução representada pelo estabelecimento de uma Junta Soberana Governativa no Rio da Prata foi influenciada pela dinâmica do processo político metropolitano. A imposição de José Bonaparte ao trono espanhol em meio a brutal repressão francesa aos protestos que tiveram lugar em Madrid não foi reconhecida pelas autoridades municipais das distintas regiões da Espanha. A partir de então, formaram-se governos dirigidos por Juntas nas distintas regiões do país, que calçaram-se assumindo a soberania política, reivindicando exercê-la em nome de Fernando VII, aprisionado, e declarando guerra à Napoleão (ROSA, p. 80).

A total rendição da nobreza espanhola perante a Napoleão relegou o povo espanhol à condição de protagonista único da guerra de resistência contra a ocupação estrangeira. José Bonaparte recebeu uma comissão dos Grandes de Espanha, como era chamado o estamento nobre, que lhe jurou sua lealdade (RAMOS, p. 116). Em contrapartida, as Juntas Governativas erigidas na metrópole tiveram um caráter eminentemente popular uma vez que eram compostas fundamentalmente por camponeses, artesãos, professores, soldados, oficiais do exército e figuras do baixo clero (RAMOS, p. 117).

Ao contrário da metrópole, na capital do Vice-reino do Rio da Prata, o movimento juntista foi protagonizado pelas elites municipais, sendo destituído de caráter popular.

Buscando conservar a ordem pública, estas elites, reunidas no *cabildo*¹, procederam a convocação da parcela “principal e sadia” da vizinhança local (ROSA, p. 179), a uma assembleia com o objetivo de decidir o destino de Buenos Aires e do vice-reino perante a debacle metropolitana. A reunião foi convocada mediante acordo prévio junto ao vice-rei Cisneros, que obrigado a consentir com sua realização, esperava, através dela e da colaboração do espírito conservador de seus integrantes, poder conter a agitação social instaurada e permanecer à frente do poder (PEÑA, p.84).

No contexto, a lealdade a Fernando VII, jurada pelas Juntas Governativas na América Espanhola, constitui a justificativa jurídica que possibilita o governo direto das classes dominantes. Em sua convocatória, os *cabildantes* apoiavam-se nas mesmas bases jurídicas do movimento juntista que tinha lugar na metrópole: Frente a ausência do monarca, o poder deveria rever-se aos seus súditos, cabendo às Juntas, órgão cuja origem remete ao município medieval espanhol, exercê-lo em nome do rei.

O decreto emitido pela Junta Central de Sevilha em 1809, que considerava os domínios ultramarinos espanhóis parte integrante da Monarquia Espanhola, constitui também um precedente fundamental que justificou o estabelecimento de governos autônomos na América. Com esta declaração, a Junta Central buscava mobilizar os vice-reinos e capitânicas-gerais espanholas na América a contribuir na luta contra a França na metrópole, prometendo às elites hispano americanas a concessão de maior autonomia política no âmbito do império (ROSA, p. 113).

O perfil conservador da elite portenha reunida em assembleia expressou-se na tentativa de impor uma solução conciliatória. Eleito responsável por designar os integrantes da Junta Governativa, o *cabildo* optou por incorporar Cisneros ao novo órgão, preservando seu título de vice-rei, bem como seu salário, honrarias e sua autoridade sobre as tropas (ROSA, p. 189). A grande insatisfação provocada na opinião pública pela solução conservadora levou o *cabildo* a retroceder em sua decisão, e a conformar órgão sem a presença do vice-rei, resultando na sua destituição.

Observe-se que a Revolução de Maio não teve como objetivo provocar a ruptura entre o vice-reino e o império espanhol, mas tão somente a conquista da autonomia política por parte das classes dominantes locais. A particularidade histórica da conjuntura hispanoamericana, marcada pela crise monárquica metropolitana, possibilitou com que a tomada do poder pelas elites locais fosse realizada em nome do monarca ausente, uma vez

¹ Os *Cabildos* ou Conselhos Municipais eram a unidade de governo local na América espanhola colonial. Eram instâncias com função tanto administrativas como judiciais.

que fazê-lo desta forma significava governar com independência perante as juntas e conselhos formados na península (PEÑA, p. 84).

Os únicos que desde o início interpretaram o processo como uma ruptura foram os integrantes da burocracia espanhola, na medida em que a liquidação da administração burocrática metropolitana sobre o vice-reino e o estabelecimento de um governo dirigido por autoridades locais designadas de maneira autônoma, significava a dissolução da estrutura de poder da qual se beneficiavam (PEÑA, p. 85).

Neste sentido, após o estabelecimento da “Junta de Maio” em Buenos Aires, procederam a não reconhecê-la as autoridades da Real Audiência de Buenos Aires bem como o *cabildo* de Montevideu. As primeiras medidas da Junta de Buenos Aires, preparação de tropas que marcharam ao interior custeadas com os vencimentos do vice-rei, ouvidores e demais funcionários da burocracia vice-reinal angariaram a oposição dos funcionários e militares locais cujos interesses ligavam-se a conservação da administração metropolitana sobre a região (PEÑA, p. 83).

Ao mesmo tempo, em que pese não ter sido o resultado de um levantamento geral do conjunto das populações do vice-reino (PEÑA, p. 94), o reconhecimento da Junta de Buenos Aires, por parte da maioria de seus municípios, revela a conformação de uma frente histórica de forças heterogêneas composta pelo conjunto das classes dominantes do vice-reino, que neste contexto, embora perseguindo distintos interesses, coincidiam no anseio comum da autonomia política possibilitada pela Revolução de Maio (PEÑA, p. 82).

Se para Buenos Aires tratava-se de consolidar o trato direto junto a Inglaterra fabril, centro da economia capitalista mundial, para as demais províncias este processo significava a possibilidade de escapar do centralismo vice-reinal (PEÑA, p. 83). Por esta razão, pronunciaram-se reconhecendo a Junta de Buenos Aires os municípios de Maldonado, Colônia, Concepción del Uruguay, Santa Fe, San Luis, Salta, Misiones, Gualeguay, Tarija, Tucumán, Mendoza, Corrientes, San Juan, La Rioja e Jujuy. Por sua vez, negaram sua autoridade Montevideu e Assunção, e nada disseram os municípios do Alto Peru (ROSA, p. 220).

5 O PLANO DE OPERAÇÕES DE MARIANO MORENO

O *Plano de Operações* constituiu um documento relevante para a discussão acerca do caráter da Revolução de Maio. Este documento foi redigido por Mariano Moreno, advogado e intelectual designado secretário da Junta de Maio, no interior da qual assumiu plenos poderes, cabendo-lhe o papel de direção.

A trajetória de Mariano Moreno foi marcada por seu contato com as obras de Rousseau quando, ainda jovem, foi à Charcas para formar-se sacerdote. O pensamento iluminista exerceu profunda influência sobre a sua formação, inclinando-o à defesa das reformas políticas liberais (ROSA, p. 201). Enérgico e laborioso, Moreno foi incumbido de redigir o *Plano de Operações*, documento que continha as diretrizes a serem postas em prática pelo governo provisório dirigido pela Junta, com o objetivo de consolidar a autonomia política na região do Rio da Prata.

Embora o *Plano de Operações* não guardasse qualquer relação com um programa de natureza democrático-revolucionária, como erroneamente sustentaram diversos autores, para Milciades Peña, Mariano Moreno foi figura de indiscutível talento político. Para o autor, o advogado portenho era dotado de uma profunda compreensão acerca da natureza do Estado, revelada por sua defesa de que o “processo revolucionário” exigia a adoção de uma conduta implacável contra os inimigos políticos, expressando neste sentido, uma visão realista acerca da estratégia e tática necessárias nos momentos decisivos da luta pelo poder (PEÑA, p. 98).

As medidas enérgicas tomadas pela Junta dirigida por Mariano Moreno, como o decreto de fuzilamento do vice-rei Santiago de Liniers, e o envio ao exílio do vice-rei Baltasar de Cisneros, bem como a prisão das autoridades da Real Audiência e a destituição do *cabildo* de Buenos Aires, tinham como objetivo impor o poder político da nova autoridade constituída mediante a instauração de um *terror revolucionário*.

No decreto de fuzilamento de Santiago de Liniers, Moreno explicita o objetivo político da medida, dirigindo-a como uma ameaça à reação absolutista espanhola sediada no Perú. Segundo Moreno, o castigo a Liniers deveria “[...] ser la base de la estabilidad del nuevo sistema, y una lección para los jefes del Perú que se abandonan a mil excesos” (ROSA, p. 232).

Julgamos que a interpretação de Milciades Peña acerca do *Plano de Operações* é fundamental para a correta interpretação do sentido histórico concreto da Revolução de Maio, tendo sido responsável por refutar as tentativas de diversos autores de orientação marxista no sentido de atribuir um caráter democrático-burguês ao processo.

Se, como aponta Jorge Abelardo Ramos, o *Plano de Operações* contemplava medidas como a expropriação de fortunas suntuárias, o controle do comércio exterior e a nacionalização das minas de ouro e prata (RAMOS, p. 28-29), julgamos que a presença destas medidas de maneira alguma constituía a defesa de um intervencionismo de Estado e tampouco uma oposição de Moreno ao livre-comércio (RAMOS, p. 29). Ao contrário, como aponta Milciades Peña, à luz do contexto histórico concreto, a política morenista não era e nem poderia ser democrático-revolucionária, por que as classes e a sociedade onde atuava não engendraram tal programa de reformas (PEÑA, p. 99). Estas medidas bem como as demais contidas no *Plano* ligavam-se estritamente ao objetivo de varrer do poder a burocracia vice-reinal, e nada mais (PEÑA, p. 100)

No mesmo sentido, a defesa da necessidade de uma insurreição das populações rurais da Banda Oriental contida no *Plano de Operações*, não contemplava o conteúdo social que este processo veio a assumir posteriormente baixo a liderança de Artigas, e nem quaisquer objetivos relacionados à incorporação da participação das massas na política, mas tão somente a necessidade de produzir levantamentos na retaguarda militar do inimigo. Peña nos recorda que a reação espanhola recorreu a tática da mesma natureza quando provocou deliberadamente, em diversos episódios, rebeliões indígenas contra os exércitos *criollos* (PEÑA, p. 100).

A defesa de um regime monárquico constitucional e do livre-comércio revelam que as concepções implícitas no *Plano de Operações* estavam orientadas pelos interesses das classes dominantes locais, cuja visão acerca do país não possibilitava a incorporação dos setores populares no processo político, sendo também marcada pela vinculação decisiva dos interesses nacionais aos interesses comerciais britânicos. A diretriz acerca da concessão da Ilha de Martín García, localizada estrategicamente na foz do Rio da Prata, à Inglaterra como reconhecimento ao apoio prestado à independência é revelador de tal caráter (PEÑA, p. 102).

Embora a visão política de Mariano Moreno tivesse caráter historicamente limitado, restringindo-se ao limite das aspirações políticas das classes dominantes do vice-reinado de conquista do poder, o secretário da *Junta de Maio* advertiu de maneira precoce as razões da crise que se estenderia durante os anos posteriores à conquista da autonomia política. Referindo-se às manobras portenhas para usurpar o poder político nacional em benefício próprio, ao expressar as razões que o levaram a convocar um congresso constituinte do conjunto das províncias do vice-reino, o secretário da Junta de Maio identificou a precária autoridade do órgão designado pelo *cabildo* de Buenos Aires, que excedeu suas atribuições

municipais ao estender seu governo sobre o conjunto do vice-reino, segundo Mariano Moreno:

La convocación del Congreso no tuvo otro fin que reunir los votos de los pueblos para elegir un gobierno superior de estas provincias, que subrogase al del Virrey y demás autoridades que habían caducado. Buenos Aires no debió erigir, por sí mismo, una autoridad extensiva a los pueblos que no habían concurrido con su sufragio a su instalación (RAMOS, p. 37).

6 A POLÍTICA OLIGÁRQUICA PORTENHA

Com o estabelecimento do governo do *Triunvirato* dirigido por Bernardino Rivadavia, após a queda de Mariano Moreno, as elites portenhas se apoderaram da estrutura política do vice-reinado em benefício próprio (RAMOS, p. 37).

Embora a Revolução de Maio tenha suprimido a dominação metropolitana sobre o Rio da Prata, a hegemonia das oligarquias de Buenos Aires neste processo implicou na continuidade do centralismo vice-reinal que oprimia as províncias. Com o *Triunvirato* dirigido por Bernardino Rivadavia, as elites portenhas se apoderaram da estrutura política do vice-reino em benefício próprio.

Para Juan Bautista Alberdi, a Revolução de Maio constituiu uma dupla revolução: contra a autoridade da metrópole espanhola e contra a autoridade da “Nação Argentina” (PEÑA, p. 119).

Com o objetivo de efetivar a dominação metropolitana sobre o comércio da região, as leis coloniais espanholas haviam centralizado no porto de Buenos Aires a totalidade do comércio exterior do conjunto das províncias do vice-reino. Por meio de sua aduana, o comércio portuário em Buenos Aires arrecadava, desde o período colonial, volumosos recursos que eram administrados pela burocracia vice-reinal em benefício da metrópole.

Com a hegemonia portenha no processo de independência, o monopólio metropolitano sobre o comércio do vice-reino foi substituído pelo monopólio da oligarquia portenha.

O projeto político *unitário* promovido pela burguesia comercial de Buenos Aires consistia em unificar o país baixo a hegemonia livre-cambista de Buenos Aires, de maneira a conformar um amplo mercado interno destinado ao comércio das mercadorias provenientes da Inglaterra fabril. Esta hegemonia deveria ser garantida mediante o submetimento das províncias a dependência exclusiva de seu porto, transformado em ferramenta de seus interesses particulares.

Na medida em que eram produto da atividade comercial do conjunto do país, os recursos do porto de Buenos Aires, haviam por direito de tornar-se públicos e serem usufruídos pelo conjunto das províncias mediante sua coparticipação federal. Entretanto, ao serem capturados pela burguesia comercial, foram utilizados em seu benefício próprio exclusivo.

O livre-comércio e o monopólio aduaneiro portenho reduziram as províncias a miséria. Se as províncias atravessadas pelos rios Paraná e Uruguai eram estranguladas pelo monopólio comercial de Buenos Aires, as províncias mediterrâneas sofriam com a ruína de

suas indústrias artesanais domésticas, nascidas ainda durante o período colonial e que constituíam o meio de vida de amplas parcelas: Vinhos, aguardentes, frutos secos, tecidos e roupas, dentre outros produtos constituíam até então o fundamento da economia do interior argentino, ameaçada pela enxurrada de mercadorias inglesas.

A frente do governo, a tendência rivadávia promoveu a redução dos direitos alfandegários sobre os tecidos estrangeiros, abrindo as portas da aduana a entrada de grande quantidade de produtos manufaturados pelas fábricas inglesas, cuja competição foi responsável por arruinar a débil indústria manufatureira e artesanal do interior mediterrâneo e conduzindo multidões à indignação (RAMOS, p. 31).

É evidente que semelhante política de caráter oligárquico não poderia ser implementada senão mediante o autoritarismo. A Constituição de 1819, escrita de acordo com os interesses de Buenos Aires era ainda mais anti-democrática que a antiga Ordenança de Intendentes do período colonial, uma vez que negava aos *cabildos* do interior o direito de elegerem suas autoridades provinciais, concentrando a soma dos poderes no Diretório estabelecido na capital portenha (RAMOS, p. 55).

A política centralista promovida pelas oligarquias de Buenos Aires à frente do *Triunvirato*, fez da década posterior a conquista da autonomia política o capítulo inicial de um longo período de guerras civis entre as províncias do Rio da Prata. Ao se apoderarem da estrutura política centralista do vice-reino em benefício próprio, a burguesia comercial e os grandes proprietários de terra da cidade-porto orientaram a resolução dos problemas constitucionais e de organização do Estado de acordo aos seus interesses particulares, conduzindo-os em detrimento do conjunto do país. O livre-comércio e o monopólio sobre as rendas aduaneiras promovido pelas oligarquias portenhas foram responsáveis por agravar uma situação de crise econômica e social que tinha lugar no interior do vice-reino desde a abertura do porto de Buenos Aires, em 1776.

7 JOSÉ GERVASIO ARTIGAS E A RESISTÊNCIA FEDERALISTA

A maior ameaça ao projeto unitário portenho foi representada por José Gervasio Artigas, chefe militar oriundo da Banda Oriental que tomou partido pela Revolução de Maio, promovendo uma grande sublevação da população rural da região. A entrada das massas orientais nas lutas de independência implicou a incorporação de um conteúdo social ao processo, representando a mais grave ameaça à dominação de classe das oligarquias portenhas sobre o conjunto do país.

Comandando a guerra contra a reação espanhola na Banda Oriental, Artigas apoiava a mobilização militar dos peões e gaúchos na realização de uma revolução agrária, uma vez que as vitórias militares eram sucedidas pela expropriação e distribuição de terras (BANDEIRA, p. 81).

A popularidade da revolução agrária de Artigas explica-se pela situação de miséria em que a população rural das planícies do Rio da Prata viviam, decorrente do desenvolvimento capitalista e acentuada pelo advento do livre comércio com a independência. Até a Revolução de Maio, os gaúchos, população mestiça originária das planícies platinas, eram socialmente livres, na medida em que a posse efetiva da terra e dos animais que nela se multiplicavam era dificilmente alcançada pelo proprietário. Inexistiam cercas, e a população nativa transitava livremente pela região pampeana, carneando bovinos sem prestar contas a ninguém, sendo apenas virtualmente obrigada a entregar o couro animal ao proprietário da terra (RAMOS, p. 39).

O decreto de 1812 que declarou a carne bovina livre de direitos de exportação impulsionou as relações capitalistas de produção nas planícies do Rio da Prata, marcadas pela consolidação da propriedade da terra e pela transformação dos gaúchos em trabalhadores assalariados. Por sua vez, o decreto sobre a vadiagem de 1815 obrigou os indivíduos destituídos de propriedade a reconhecerem um patrão, proibindo o trânsito livre sobre o território, sob pena de prisão ou serviço militar compulsório. Nestas circunstâncias, a incorporação forçada do gaúcho ao trabalho na estância charqueadora significou seu absoluto empobrecimento. A carne bovina, outrora de livre acesso, passou a ter de ser adquirida nos mercados locais ao preço internacional, acrescentado de 20% de impostos. Os salários eram baixos (RAMOS, p. 40).

A luta de Artigas foi marcada por sua defesa de um programa político que aspirava à constituição de uma república federal dentro do qual se respeitasse a autonomia e a igualdade de todas as Províncias do Rio da Prata (BANDEIRA, p. 81). Quando foram convocados os

delegados do conjunto das províncias à Assembleia Constituinte de 1813 a Banda Oriental designou seus representantes, que a ela concorrem levando consigo as instruções que lhes havia dado Artigas, marcadas pela profunda compreensão que o chefe dos orientais possuía acerca dos problemas relacionados à configuração do Estado Nacional no Rio da Prata.

Artigas compreendia a ameaça representada pela política unitária de Buenos Aires, uma vez que ela impedia a união do conjunto das províncias e a coordenação de seus esforços através da conformação de um poderoso Exército Nacional necessário à luta contra a reação espanhola e a ameaça portuguesa. Opondo-se às especulações que tinham lugar entre os portenhos acerca da adoção de um regime monárquico, forma política adequada às suas pretensões unitárias, a concepção artiguista era marcada pela defesa de um regime republicano e de um sistema confederativo que reunisse as províncias em condições igualitárias, mediante a derrubada do monopólio do porto de Buenos Aires sobre o comércio e a garantia de seus direitos políticos.

Nesse sentido, sua defesa da necessidade da declaração de uma completa independência frente a metrópole, relacionava-se a sua compreensão acerca da necessidade de prosseguir a luta contra a reação espanhola na região, interrompida na Banda Oriental pelo armistício celebrado entre o primeiro *Triunvirato* portenho e os representantes metropolitanos encastelados em Montevideú. Evidentemente, estas diretrizes não poderiam ser toleradas pelas pretensões centralistas de Buenos Aires, interessada em realizar a paz para concentrar forças em liquidar os movimentos de resistência que tinham lugar no interior do próprio país. Por levá-las consigo, os deputados orientais tiveram sua participação rechaçada pelo portenho José Maria de Alvear, presidente da Assembleia Constituinte de 1813.

Em 1814, a criação da Liga dos Povos Livres, integrada pelas províncias de Misiones, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fé, Córdoba e pela Banda Oriental foi expressão da reação geral das populações do interior frente ao projeto político despótico encabeçado por Buenos Aires. O Congresso dos Povos Livres, integrado por delegados da liga artiguista, declarou em 1815 a independência perante a Espanha e de todo qualquer poder estrangeiro e sancionou a primeira reforma agrária da América Latina (RAMOS, p. 76).

A presença de Artigas na Banda Oriental representava uma grave ameaça ao Império Português, uma vez que a influência do caudilho estendia-se sobre a província de Rio Grande de São Pedro, incitando os escravos negros à revolta contra Portugal. Empenhado na conservação da monarquia, da escravidão e da ordem imperial sobre a região, Dom João IV ordenou em 1817 a invasão da Banda Oriental, declarando guerra às forças artiguistas (BANDEIRA, p. 82).

Neste contexto, a perfídia e o caráter anti-nacional das oligarquias portenhas revelaram-se em máxima expressão em sua condescendência com a invasão portuguesa da Banda Oriental. Abandonando a região a suas próprias forças, Buenos Aires assinou em 1818 um convênio junto a Portugal, por meio do qual concedia livre navegação aos navios portugueses empenhados na guerra contra Artigas em seus rios. A conivência do governo de Buenos Aires com a invasão tinha como objetivo provocar a derrota de Artigas, de maneira a liquidar sua influência sobre os demais caudilhos das províncias integrantes da Liga dos Povos Livres, ainda que isso significasse a entrega da Banda Oriental a Portugal. (RAMOS, p. 77).

Ao passo que assim procedia, o governo de Buenos Aires ordenou que San Martin e Manuel Belgrano abandonassem a luta contra a reação espanhola e dirigissem seus exércitos a aniquilar as forças federalistas no interior do país. Tendo Belgrano obedecido às ordens de Buenos Aires, durante o Motim de Arequito, suas tropas se rebelaram contra a ordem de tomarem parte na guerra civil contra os caudilhos federalistas. Da mesma maneira, San Martin desobedeceu a ordem do governo unitário e marchou em direção à conquista dos Andes (RAMOS, p. 80).

Derrotado militarmente pelos portugueses na Batalha de Tacuarembó e vítima perfídia portenha, revelou-se a Artigas impossibilidade de triunfar contra Portugal enquanto as províncias do Rio da Prata se encontrassem divididas sob o tacão unitário de Buenos Aires. Por esta razão, o Protetor dos Povos Livres ordenou que as tropas de Estanislao Lopez e Francisco Ramírez, caudilhos das províncias de Entre Rios e Santa Fé declarassem guerra ao governo de Buenos Aires, resultando na vitória das forças federalistas na Batalha de Cepeda. Esta vitória ocasionou a dissolução do governo de Buenos Aires representado pelo Congresso de Tucumã e a revogação da constituição unitária de 1819. Entretanto, a vitória militar federalista em 1810 não significou a solução dos problemas da organização Estado Nacional sobre bases igualitárias. Os virtuais compromissos contraídos por Buenos Aires no Tratado de Pilar, relacionados à abertura dos rios, à livre navegação e ao enfrentamento aos portugueses na Banda Oriental não se concretizaram. Mediante o suborno e a corrupção, Buenos Aires promoverá a traição nas fileiras federalistas, perpetuando sua hegemonia.

8 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de independência da América espanhola no Vice-reino do Rio da Prata. Primeiramente foram abordados os aspectos relacionados a sua relação com o desenvolvimento histórico do capitalismo e da sociedade burguesa europeia durante o século XIX: se por um lado, a independência e a derrubada do colonialismo espanhol na América representavam uma necessidade a expansão do comércio mundial promovida pela Inglaterra fabril, por outro, a crise da monarquia espanhola, desencadeada pela ocupação napoleônica da península ibérica proporcionou as condições históricas para que as classes dominantes hispanoamericanas assumissem o poder direto a frente do Estado, resultando na eclosão do processo de independência.

O segundo item do texto discutiu-se o caráter da Revolução de Maio, identificando a natureza elitista do *cabildo abierto* responsável pela destituição do Vice-rei, a relação deste processo com o movimento juntista desencadeado na metrópole, e o caráter estritamente político do episódio: a Revolução de Maio representou o advento de um novo modo de produção e tampouco quaisquer alterações na estrutura de classes da sociedade colonial, mas tão somente a conquista do poder pelas classes dominantes locais. A luz desta constatação abordamos a figura de Mariano Moreno, secretário da Junta Governativa erigida pela Revolução de Maio suas influências intelectuais, e a determinação histórico-social de seu *Plano de Operações*, marcada pelo peso social da burguesia comercial e grandes proprietários de terra no processo juntista de 1810.

No terceiro item analisamos a orientação oligárquica tomada pelo processo de independência após a queda de Mariano Moreno e o estabelecimento do governo do *Triunvirato*, dirigido por Bernardino Rivadavia. Nesta parte, apontamos as consequências da hegemonia de Buenos Aires sobre o processo, expressadas pelas diretrizes do projeto político unitário. A Burguesia Comercial e os grandes proprietários de terra da capital apropriaram-se em benefício próprio exclusivo do porto de Buenos Aires, submetendo de maneira ditatorial o conjunto do país ao seu jugo. A ditadura do porto único, e as políticas livre-cambistas promovidas pelas elites portenhas provocaram a penúria das demais províncias do Rio da Prata, sendo responsável pela ruína de suas economias e pelo empobrecimento de suas populações. A implementação desta política de caráter oligárquico teve de recorrer ao autoritarismo para sua consecução, neste sentido, a constituição unitária de 1819 foi ainda mais autoritária que a antiga Ordenança de Intendentes do período colonial, uma vez que proibia aos *cabildos* o direito de elegerem suas autoridades provinciais.

Finalmente abordamos de que forma a entrada das massas rurais da Banda Oriental lideradas pelo caudilho José Gervasio Artigas representaram a incorporação de um conteúdo social ao processo de independência inaugurado com a Revolução de Maio. Identificamos a relação entre o apelo social da revolução artiguista e a penúria em que vivia a população gaúcha das planícies platinas, resultante do desenvolvimento capitalista, a compreensão de Artigas acerca da ameaça representada pela hegemonia de Buenos Aires à organização do Estado Nacional, sua defesa do estabelecimento de uma confederação que reunisse as províncias do Rio da Prata através da garantia seus direitos políticos, a resistência federalista nas províncias representada pela organização da Liga dos Povos livres e o papel anti-nacional desempenhado pelas oligarquias portenhas frente à invasão portuguesa da Banda Oriental.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata**: argentina, uruguaí e paraguai. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PEÑA, Milcíades. **Historia del Pueblo Argentino**. 2. ed. Buenos Aires: Emecé, 2012.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Historia de la Nación Latinoamericana**. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Revolucion y contrarrevolucion en la argentina**: las masas y las lanzas 1810-1862. 2. ed. Buenos Aires: Senado de La Nación, 2006.

ROSA, José Maria. **Historia Argentina**: la revolución (1806-1812). Buenos Aires: Editorial Oriente, 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. BIBLIOTECA CENTRAL. **Tutorial de formatação de trabalhos acadêmicos A4 utilizando o WORD**. Florianópolis: BU/UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1980> Acesso em: 02/12/2024